

folha do MP

Órgão de Comunicação da AMPEB - Associação do Ministério Público da Bahia

AMPEB 100 dias de ação

A nova diretoria da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) chega à marca dos 100 dias de gestão. Foram inúmeras as ações



que marcaram a linha de atuação que já começa a fazer história à frente da associação. Entre elas estão uma comunicação mais ágil e a atitude rápida, diligente e comprometida em defesa da classe e dos seus pleitos, tais como a questão da URV, a requisição de mais estrutura de trabalho, o projeto dos subsídios, o posicionamento em relação ao fórum criminal de Sussuarana, entre outros. Nesta edição, você acompanha os principais feitos dos recém-ingressos diretores, conselheiros e da presidente Norma Cavalcanti, que já trazem vitórias. Págs. 3 a 7.

AMPEB entrevista:

Achiles Siquara

Após findar sua missão junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do qual fez parte como o primeiro representante da Bahia, o procurador de Justiça Achiles Siquara fala à Folha do MP sobre suas convicções a respeito do CNMP, do MP e as principais questões que estão sendo debatidas no âmbito nacional.

Leia nas págs. 08 e 09.



Posse na Ampeb



Veja cobertura completa da posse da nova diretoria.

Págs. 10 a 16.

Flashes

Acompanhe nesta edição uma retrospectiva dos fatos e eventos promovidos pela Ampeb. Veja coberturas do jantar de boas vindas aos novos promotores, do jantar dos aposentados e sócio-contribuintes e muito mais. Págs. 23 a 29.



Editorial

Prezados Colegas,

Todos devem ter percebido que a AMPEB tem intensificado sua comunicação por meios eletrônicos (e-mail e site). Todavia, não poderíamos deixar de publicar mais uma edição da nossa Folha do MP, prestigiada por todos os associados, que nos oferece a oportunidade de revisitar momentos, lutas, triunfos e expectativas que temos vivenciado juntos, nesses poucos mais de 100 dias da gestão 2011/2013.

Com satisfação e responsabilidade, recebemos o carinho, o reconhecimento e o incentivo dos colegas, transmitidos nos contatos diuturnos que fazemos questão de manter com os mesmos. Foi assim em nossa festa de posse (repleta de espontaneidade e alegria), nos encontros regionais que já realizamos (Barreiras e Juazeiro), no evento para os aposentados e sócio-contribuintes, e nas diversas reuniões e assembleias que temos participado ou promovido para debater com os colegas temas de grande relevância para a classe (divisão de atribuições, violação de prerrogativas no Fórum Criminal de Sussuarana, URV etc). Tem sido assim também a cada comunicação feita, pessoalmente, por telefone ou por e-mail, no dia-a-dia do funcionamento da AMPEB e de sua variada prestação de serviços aos associados.

Unidos e, porque não cansamos de insistir em nossos pleitos, conquistamos o direito de marcar o início de nossas férias para qualquer dia do mês, obtivemos o pagamento do auxílio-alimentação e de algumas parcelas da PAE, em valor idêntico ao pago pelo TJ/BA, bem como de diferença de entrância aos associados da turma 2011. Por intermédio de nossa assessoria jurídica, estamos, gradativamente, obtendo expressivas vitórias junto ao Conselho de Contribuintes, derrubando as injustas autuações da Receita Federal incidentes sobre a verba da URV.

Vigilantes e diligentes, ainda aguardamos o empenho de nossa chefia institucional para a aprovação do projeto de lei que cria a gratificação pelo exercício de substituição, bem como a devida atenção aos pleitos formulados pela AMPEB visando a melhoria da estrutura de trabalho dos Promotores de Justiça (assessores, notebooks, moldens, estagiários etc), o pagamento de ajuda de custo aos colegas da turma de 2010, a divulgação da programação de pagamento integral da PAE, o custeio do transporte dos colegas do interior que se deslocam à capital para a realização de cursos oficiais, o encaminhamento de projeto de lei disciplinando e restringindo a remoção por permuta, a divulgação da lista atualizada de Promotorias de Justiça vagas e seus respectivos critérios de provimento, discussão sobre compensação do plantão, etc.

Cumprindo o plano de gestão consagrado majoritariamente pela classe, constituímos comissão que, mediante ampla discussão com os associados, elaborará proposta de alteração do nosso Estatuto, realizamos a reforma da Casa do Promotor e estamos melhorando a qualidade do serviço e manutenção do Sítio São Paulo, inclusive mediante a troca de seu administrador e a implantação de controle de entrada mais rigoroso.

Novos passos importantes se avizinharam, tais como a criação do Portal da AMPEB, a realização de encontros em outras regionais e de nossa tradicional festa de final de ano, já marcada para o dia 17 de dezembro, no Sítio São Paulo.

Por fim, neste periódico fazemos ainda uma retrospectiva de feitos importantes da gestão anterior, tais como as reformas e ampliação dos consultórios dentário, de Psicologia e Fisioterapia.

Vamos em frente, com coragem, determinação e independência !



Norma Cavalcanti
Presidente

A FOLHA DO MP é um órgão informativo da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB. (Rua Boulevard América, 59 - Jardim Baiano. Telefax: (71) 3321-9032. CEP: 40050-320 - Salvador - Bahia)

Diretoria Executiva: Presidente - Norma Angélica Reis Cavalcanti • Vice-Presidente - Alexandre Soares Cruz
Diretora Secretária - Silvana Brito Suarez • Diretor Administrativo - Fernando Lins Soares

Diretor Financeiro - Wanda Valbíraci Figueiredo • **Diretor Cultural** - Tiago de Almeida Quadros

Diretora Social - Patrícia Peixoto de Mattos

Conselho Consultivo: Gilberto Costa de Amorim Júnior • Lygia Jabur Abud • Márcia Rabelo Sandes

Suplente: Cláudia Jenner de Moura Bezerra

Conselho Fiscal: Caio Graco Neves de Sá • Luciano Valadares Garcia • Leandro Marques Meira

Suplentes: Gilberto Ribeiro de Campos • Manoel da Costa Filho • Oldemar de Azevedo Campelo

Jornalista responsável: Carla Ferreira DRT/BA 1894 • Diagramação e arte-finalização: Marcel S. Ferreira
Colaboração: Deiseane Cunha e Alexandre Levi • Fotografia: Enos Ribeiro
Impressão: Press Color • Tiragem: 1.000 exemplares

Atos da CONAMP

Manifesto pela valorização das carreiras jurídicas

Promotores, procuradores e magistrados de todo o país se reuniram no último dia 21 de setembro, em Brasília, no Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público. Um manifesto assinado pelas entidades de classe, incluindo a Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), pedindo por mais segurança e uma melhor política remuneratória, foi entregue ao Senado e à Câmara dos deputados, durante ato no salão negro do Congresso Nacional. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cesar Peluso, e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, também receberam o manifesto, entregue após marcha dos manifestantes até a sede do STF.

A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, também prestigiou o momento, ao lado do vice-presidente Alexandre Cruz e do diretor cultural, Tiago de Almeida Quadros. Na Ocação, o presidente da Conamp, Cesar Mattar Jr., discursou em nome das entidades presentes, avaliando o momento de congregação como o início de um novo tempo.

Durante a manifestação, foram lembrados atos recentes de violência contra os membros do MP e da Magistratura, a exemplo do assassinato da juíza Patrícia Acioli, no dia 12 de agosto, durante uma emboscada no Rio de Janeiro, e do assassinato do promotor de Justiça Fabrício Ramos Souto, morto dentro do próprio ambiente de trabalho, há cinco anos.

Além de aparato de segurança que garanta a incolmidade da saúde e da vida; foram reivindicados sistema de saúde para prevenir adoecimentos físicos e mentais, com adequada cobertura previdenciária; e uma política remuneratória que respeite a Constituição Federal, garanta a recomposição das perdas inflacionárias e que resgate a valorização do tempo de carreira dos membros do Ministério Público e da Magistratura, entre outros pontos.



Utilização de depósitos judiciais

Para discutir sobre o projeto de lei n.º 7412/2010, sobre a utilização de depósitos judiciais pelo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradorias, o presidente da Conamp, César Mattar Jr., participou, juntamente com representantes dos magistrados e dos defensores, de uma reunião com o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), relator do projeto. O encontro aconteceu no último dia 4 de outubro. O relatório já apresentado pelo deputado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) determina que sejam destinados 77% ao Judiciário, 10% ao MP, 10% à Defensoria Pública e 3% para as Procuradorias dos estados. Os valores deverão ser direcionados para fundos específicos para melhorias nas instituições mencionadas.

Eleições

A Conamp iniciou processo eleitoral. O pleito ocorrerá no dia 6 de dezembro de 2011, das 14h às 17h, no hotel Tryp Brasil 21, em Brasília (DF). Para concorrer, o candidato precisa ser associado efetivo, integrante de uma chapa eleitoral, conforme edital publicado no site da Ampeb e da Conamp.

Repúdio

Um ato de repúdio foi publicizado pelo presidente da Conamp, César Mattar Jr., por conta de declarações feitas pelo novo corregedor-geral do Ministério Público Federal, Eugênio Aragão, que, em entrevista à imprensa, criticou o trabalho dos representantes do Ministério Público e de demais carreiras jurídicas de Estado. Aragão afirmou que "juízes, polícia, Ministério Público e advogados públicos têm poder de chantagear os poderes públicos" e que, por isso, seriam, injustamente, as carreiras mais valorizadas no país. César reforçou a necessidade da aprovação de propostas legislativas que recomponham os vencimentos das categorias e de mais segurança para o exercício do múnus constitucional, ressaltando que o corregedor não tem legitimidade para falar pelas classes.

Processo civil

A Conamp participará das discussões sobre a reforma do código de processo civil, em audiência pública que, até o fechamento desta edição, estava para ser agendada. A solicitação de participação foi feita pelo deputado Arthur Maia (PMDB-BA), na Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei n.º 8046 de 2010 busca agilizar a tramitação das ações civis criando um mecanismo chamado "incidente de resolução de ações repetitivas", que permitirá a aplicação da mesma sentença a todas as causas que tratem de questão jurídica idêntica. Pela legislação atual, cada ação é analisada de maneira autônoma, o que aumenta o trabalho do juiz com casos iguais e multiplica decisões diferentes sobre o mesmo tema.



CNJ apura práticas no fórum criminal de Sussuarana

Ampeb ação no fórum criminal de Sussuarana



Em reunião, promotores decidiram levar a questão ao CNJ

Foi realizada no último dia 11 de novembro, na sede da Justiça Federal da Bahia, no Centro Administrativo, a audiência de conciliação para tentar solucionar os impasses apontados no Procedimento de Controle Administrativo (PCA), requerido pela Ampeb e instaurado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra atos da presidência do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) junto ao Fórum Criminal de Sussuarana. Em pauta estiveram questões relacionadas ao elevador privativo e às vagas de estacionamento do local.

De acordo com a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, o relator propôs na audiência que um dos elevadores do Fórum de Sussuarana fosse destinado a magistrados e membros do Ministério Público, sendo reiterado pela Ampeb o uso também pelos membros da OAB (advogados e defensores públicos). "A proposta guardou consonância com o requerimento da Ampeb e contou com o apoio dos representantes da OAB, também presentes à audiência. O acordo, todavia, não chegou a ser firmado ainda, porque a presidência da Amab pediu e teve deferida a concessão de um prazo de 15 dias para ouvir os juízes sobre a proposta que foi apresentada", explica Cavalcanti. Já sobre o estacionamento, foi definido um prazo de 30 dias para que as administrações do MP e do TJ, em conjunto, apresentem um estudo de viabilidade

adotados pelo TJ no prédio têm causado grande constrangimento e mal estar entre a classe jurídica que freqüenta o local. A principal queixa se refere ao acesso privativo a um dos elevadores, destinado a apenas cerca de 20 juízes que transitam pelo prédio. Os magistrados se recusam a dividir a via de acesso até mesmo com promotores de Justiça, defensores públicos e advogados. Um policial de guarita e uma cadeira colocada defronte do equipamento servem de barreira.

Até o fechamento desta edição, promotores, advogados e defensores públicos que atuam

no referido fórum continuavam dividindo com



Audiência do CNJ

para criação de vagas para membros do MP dentro do fórum criminal. O presidente da Conamp, César Mattar Jr., esteve presente a audiência; a entidade, inclusive, se habilitou para acompanhar o PAC.

A audiência foi agendada pelo CNJ após receber petição encaminhada pela Ampeb sobre prerrogativas dos promotores de Justiça que atuam local, e o conselho instaurou o PCA para apurar a situação. O documento foi enviado no dia 29 de setembro; o posicionamento do órgão foi publicizado no dia seguinte, e o Tribunal de Justiça da Bahia foi intimado a se pronunciar.

Alem disso, promotores enfrentam ainda dificuldades em ter acesso ao edifício, por ausência de vagas para estacionamento, e se queixam da pouca quantidade de toiletsdisponíveis para uso dos membros da carreira jurídica. Até mesmo o assento do lado

a população em geral, inclusive com réus, o uso dos dois outros elevadores existentes no prédio. Para piorar a situação, a Ampeb já havia recebido informações de que no prédio do fórum onde funcionam as varas de família a mesma reserva de elevadores exclusivamente para juízes estava prestes a ser concretizada.

Embora razões de segurança possam justificar a reserva de elevador a juízes, promotores, defensores e advogados, para a presidente os princípios da moralidade e da eficiência, que regem a administração pública, inclusive dos tribunais, determinam que, efetivando-se a reserva, esta seja de um único e mesmo equipamento, de modo a não prejudicar o acesso da população.

Diante do impasse, Norma Cavalcanti, convocou promotores que atuam nas varas criminais para reunião no dia 16 de setembro, quando foi decidido que a entidade faria um ato formal para levar a questão tanto ao CNJ quanto ao CNMP. O procurador-geral de Justiça, Wellington Cesar Lima e Silva, também comunicado do fato e, até o fechamento desta edição, não respondeu aos ofícios emitidos pela associação tratando do caso.

Assessores jurídicos e reforço tecnológico para promotores

Solicitação da Ampeb visa beneficiar população e garantir paridade com Magistratura

A Ampeb solicitou, através de ofícios, ao procurador-geral de Justiça da Bahia (PGJ), Wellington César Lima e Silva, que sejam disponibilizados assessores jurídicos para os membros do Ministério Público, bem como notebooks e modens de Internet, seguindo o que foi entregue aos membros do Tribunal de Justiça da Bahia, que passaram a contar com esses reforços para a realização de suas tarefas. A ideia da instituição é assegurar a simetria de tratamento entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura, acelerando o julgamento das ações em benefício da sociedade. Os últimos ofícios enviados são datados de 3 de outubro último e, até o fechamento desta edição, a diretoria da associação não havia recebido qualquer resposta em relação ao pleito por parte da PGJ.

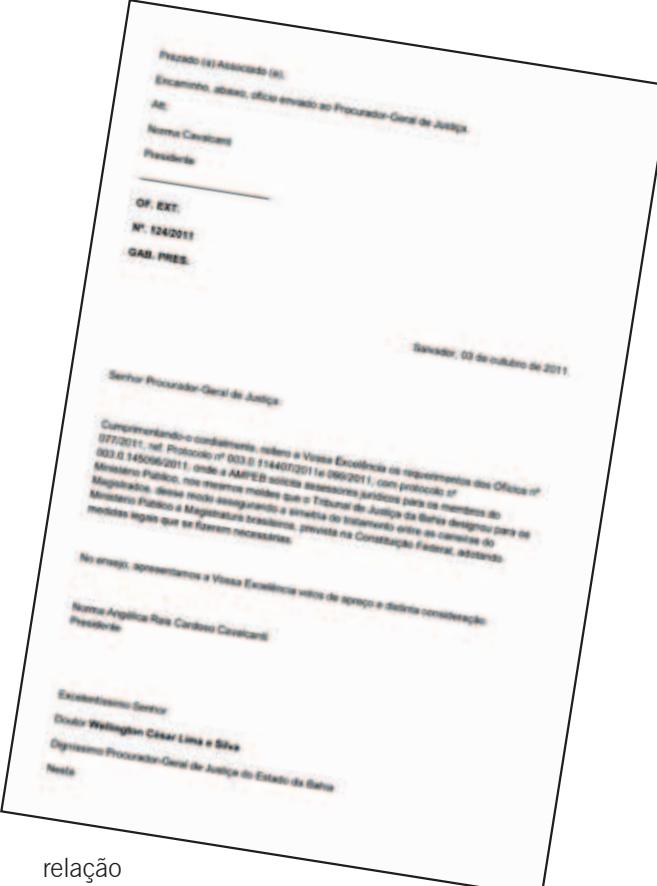
De acordo com a presidente da Ampeb, Norma Angélica Cavalcanti, é indispensável que o Ministério Público como carreira idêntica ao Judiciário possa acompanhar essas melhorias em prol da população, que

aguarda seus julgamentos. "Com a ajuda dos assessores jurídicos, a Magistratura está trazendo celeridade para seu trabalho e desse jeito, o Ministério Público não vai poder acompanhar, resultando num excesso e acúmulo de trabalhos que culminarão em reclamações junto à ouvidoria e à sociedade", explica. Além do reforço de pessoal, Cavalcanti aponta que, com a implantação do "processo virtual" – novo sistema do Poder Judiciário para agilizar os julgamentos, os magistrados passaram a contar também com a disponibilidade de um notebook de última geração, além de um modem de acesso à internet, assegurando-lhes melhores condições para o exercício das funções jurisdicionais.

TESTEMUNHO - Convivendo diariamente com as demandas de trabalho, a necessidade dessa equiparação entre as duas instituições, principalmente no que se refere aos assessores jurídicos, é observada tanto na capital como no interior do estado pelos associados. É o que compartilha o promotor de Justiça Cláudio Jenner, da Promotoria do Júri de Feira de Santana. "Feira é a segunda maior cidade da Bahia e tem uma demanda grande e qualquer ferramenta é bem vinda. O assessor seria uma pessoa a auxiliar de forma melhor e máxima, enquanto o promotor desempenha outras atividades. A efetivação do assessoramento ao promotor traria uma melhor qualidade à atividade

funcional, agregando ao trabalho do promotor um melhor nível de informação e atuação junto à comunidade", pontua Jenner, ressaltando que o assessor não substitui o promotor, mas dá suporte à sua atividade fim.

A opinião é compartilhada pelo promotor de Justiça Cássio Marcelo de Melo Santos, que atua na 2ª Vara de Tóxicos de Salvador. "Hoje em Salvador temos quatro promotores especialistas em tráfico de drogas; então os processos todos vêm pra nós, o que acaba sendo mais numeroso com



relação a outros crimes. Assim, nos falta tempo para ter qualquer atividade extraprocessual. Com a ajuda de um assessor jurídico você pode delegar funções, dar orientações, estar ali dialogando com essa pessoa. Enquanto estivermos fazendo coisas que o assessor não possa fazer, ele pode fazer outras melhorando a qualidade e quantidade de trabalho, num prazo bem menor, colaborando na celeridade da Justiça", esclarece o promotor.

A melhoria na estrutura ministerial só tende a trazer benefícios à sociedade; daí a importância de ser atendida com brevidade, é o que aponta a promotora de Justiça Maria Auxiliadora Lobo, que atua na 1ª Vara de Tóxicos de Salvador. "Recebendo uma melhor estrutura, há possibilidade de se dar uma resposta ainda mais ágil, a fim de evitar a impunidade, sobretudo numa área onde a incidência de delitos só vem aumentando, sendo as drogas, hoje, problema que aflige, por demais, a sociedade", completa Lobo.

Diretoria da Ampeb visita presidente da AL

Solicitada agilidade para projeto das substituições



Uma maior agilidade na votação do projeto de lei nº 18.622/2010, que trata das substituições. Este foi o principal motivo da visita da diretoria da Ampeb ao presidente da Assembleia Legislativa (AL), deputado Marcelo Nilo. O encontro aconteceu no dia 13 de setembro no gabinete do deputado, no Centro Administrativo da Bahia, e contou com a presença da presidente da instituição, Norma Cavalcanti, do diretor da Fesmp, Solón Dias, dos diretores da Ampeb Patrícia Mattos e Silvana Suarez, e do promotor de Justiça e

associado Janio Braga.

De acordo com a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, Marcelo Nilo se comprometeu a nomear um relator para o projeto visando agilizar o andamento do mesmo: fazer com que seja submetido a estudos para análise de impactos orçamentários e entrar na ordem do dia. Cavalcanti está ainda agendando visitas às lideranças do governo, oposição e bancada independente para falar do projeto e pedir

apoio. Desde o ano passado a Ampeb, juntamente com a Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), visitou lideranças na Assembleia Legislativa da Bahia na busca por agilizar a votação do projeto, que foi encaminhado pelo procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva à casa, em maio de 2010.

O projeto prevê verba de substituição no percentual de 20% do valor do subsídio para os membros que atuarem, de forma cumulativa, em mais de uma Procuradoria ou Promotoria de Justiça. O direito a esta quantia foi objeto de recomendação do CNMP e fruto da luta da Ampeb pela garantia das prerrogativas dos associados.

ISENÇÃO DE ICMS - Outro tema que foi discutido com o presidente da casa legislativa foi o projeto de lei, que está sendo elaborado pela Ampeb e deve ser enviado a um deputado para proposição, que trata da isenção de ICMS na compra de carros blindados por parte de membros do MP, da Magistratura e de outros Poderes que sofram ameaças no exercício da atividade.



Continuam discussões sobre URV



Assembleia geral realizada no começo da gestão também debateu o assunto

Os pareceres dos juristas Marco Aurélio Greco e Johnson Nogueira devem auxiliar os associados a decidirem sobre qual postura será tomada em relação à cobrança do imposto de renda sobre a URV. A solicitação dos documentos foi feita pela Ampeb após assembleia geral em que o assunto foi tratado e já foi enviada aos associados. No último dia 11 de novembro uma nova assembleia foi

encontros que teve com a presidente da Amab, Nartir Dantas Weber.

Nas duas primeiras assembléias realizadas, não houve uma decisão sobre a estratégia a ser adotada, visto que não houve quórum determinado em estatuto de ser necessária a presença de um terço dos associados. Enquanto isso, a assessoria

jurídica da associação vem acompanhando o julgamento de processos junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e tratando cada caso individualmente, estratégia até então adotada pela Ampeb. Até o dia 11 de novembro, por exemplo, 77 processos já haviam

realizada para tratar sobre o tema, com a participação de Greco, que deu uma 'aula' sobre direito tributário no Brasil. A apresentação foi gravada e será enviada em cd para os associados. A intenção é ajudar na decisão sobre a estratégia a ser adotada, que deverá ser tomada em breve.

O caso está sendo estudado junto com a Associação dos Magistrados do Estado da Bahia (Amab) para uma ação conjunta, e foi tratado pela presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, em

ESTRATÉGIA - O ponto chave da questão da URV é a necessidade ou não de uma mudança de estratégia na defesa adotada pela Ampeb para tratar o assunto. Para o promotor Paulo Modesto, é necessário ter um leque maior de estratégia para resolver a questão, a exemplo de uma ação judicial coletiva. Segundo ele, é necessário ser abordada a inaptidão da União em discutir, autuar ou recolher o tributo, visto que isto é de titularidade do Estado,



competindo a este discutir sobre a temática.

O advogado responsável pela assessoria jurídica da Ampeb, Manoel Pinto, apontou que as questões já são abordadas na defesa apresentada, não estando convencido de que este seja o momento de uma ação judicial coletiva, e sim quando não mais restar alternativas de defesas na via administrativa. Um novo encontro deve ser realizado em breve para a decisão final dos associados sobre a estratégia a ser adotada para resolver a questão.



Ampeb entrega placa de reconhecimento e agradecimento ao professor e doutor pelos relevantes serviços prestados à classe

Ampeb inicia visitas às promotorias regionais

Cumprindo meta de campanha, a Ampeb iniciou cronograma de visitas às promotorias regionais. O objetivo é propiciar a confraternização entre associados, aproximando-os da diretoria, e discutir, democraticamente, temas e paradigmas institucionais relevantes.

A Promotoria Regional de Barreiras foi a primeira a ser visitada. Na ocasião, foram discutidos temas como a segurança institucional e a reforma da lei complementar



Encontro em Barreiras



Em Juazeiro, promotores relatam necessidade de assessores

estadual nº 11/96, em momentos conduzidos pelo vice-presidente da associação, Alexandre Cruz, e pelo conselheiro Gilberto Amorim. A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, expôs aos associados as principais reivindicações da associação durante a gestão, tais como o auxílio alimentação com valor equivalente ao pago à Magistratura; ajuda de custo à turma 2010; pagamento de diferença de entrância à turma 2011; entre outros.

Em seguida, foi a vez da Promotoria

Regional de Juazeiro. A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, coletou reivindicações dos associados e debateu sobre a atuação da associação. Entre os temas em discussão estiveram a deficiente estrutura de trabalho local; a gratificação pelo exercício de substituição; a necessidade de aumento do número de promotores em algumas comarcas, o aumento da rede credenciada da Sul América.

Auxílio alimentação

O valor do auxílio-alimentação fornecido aos associados foi corrigido acompanhando o que vem sendo feito com os magistrados. Isto foi possível devido a pleito da Ampeb, que requisitou a correção através de ofícios enviados à PGJ e conseguiu eliminar a disparidade entre os benefícios, tendo em vista a unicidade e identidade da base jurídica que sustenta o pagamento da quantia.

Notas

Pagamento da PAE

Em resposta à solicitação feita pela Ampeb, a Procuradoria-Geral de Justiça comunicou a inclusão, na folha de pagamento deste mês de novembro, parcela da PAE em valor idêntico ao que será pago aos integrantes do Poder Judiciário estadual, mantendo-se, assim, a paridade entre as carreiras. A Ampeb vem acompanhando os procedimentos adotados pelo TJ em relação ao tema e solicitando, mês a mês, que o mesmo seja cumprido em relação ao parquet. Outro ponto que vem sendo reiterado através de ofícios é o esclarecimento sobre a estratégia a ser adotada pela atual administração para dar continuidade a este pagamento, inclusive, com definição de prazos e valores das parcelas pendentes, solicitando que seja divulgado à classe o cronograma com a emissão de certidão do crédito dos interessados.

Em Brasília

Nestes cem dias de gestão, a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, cumpriu agenda em Brasília por duas vezes para acompanhar sessões do Conselho Nacional do Ministério Pùblico onde foram julgados e discutidos temas de interesse da classe. Cavalcanti também participou das reuniões da Conamp, de cuja diretoria faz parte como tesoureira. Nas duas viagens esteve acompanhada de outros membros da diretoria da Ampeb, a exemplo do vice-presidente, Alexandre Cruz, e do diretor cultural, Tiago Almeida Quadros.

Defesa na imprensa em Itabuna

Atendendo a requerimento feito pela Ampeb, a PGJ deferiu o pleito de diferença de entrância para os promotores de Justiça substitutos, conforme publicação do Diário de Justiça eletrônico do dia 13/10/2011.

Remoção por permuta

Proposta de modificação da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 foi enviada pela Ampeb à PGJ visando criar limitações à remoção por permuta por parte dos membros do MP. O objetivo foi subsidiar a formulação de um projeto de lei que altere a redação do artigo 126 e parágrafos desta legislação. A sugestão foi elaborada após consulta à classe, realização de um estudo comparativo às leis orgânicas dos MPs de outros Estados, e frente à revogação da resolução nº 007/2003, do Conselho Superior do Ministério Pùblico da Bahia (CSMP/BA).

Congresso Nacional em Belém

A diretoria da Ampeb esteve presente no 19º Congresso Nacional do MP, nos dias 23 e 26 de novembro últimos, em Belém do Pará. A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, foi acompanhada do vice-presidente, Alexandre Soares Cruz, do diretor administrativo Fernando Lins Soares, do diretor cultural Tiago de Almeida Quadros e da diretora-secretária Silvana Brito Suarez. O tema das discussões foi "Amazônia, Direitos Humanos e sustentabilidade".

Achiles Siquara

Primeiro representante da Bahia eleito membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e protagonista de uma trajetória marcante no Ministério Público (a qual o fez ser considerado como uma das grandes lideranças do MP nacional), o procurador de Justiça Achiles Siquara terminou seu mandato como conselheiro no último mês de agosto. Após encerrar sua missão no órgão e ser testemunha de questionamentos cruciais para o futuro do MP, Siquara falou com Folha do MP sobre como foi vivenciar este desafio, fazendo um balanço da sua atuação neste e em outros cargos, contando um pouco de sua história profissional.

Apesar de ser filho de um advogado reconhecido, a opção de Aquiles Siquara sempre foi o Ministério Público, tendo ingressado na instituição no ano de 1980. Em 1982, quando o país ainda vivia sob período da ditadura militar, atuou como promotor de Justiça em Itamaraju, quando foi de lá retirado, surpreendentemente, em face de sua atuação destemida em processo de repercussão, inclusive, eleitoral. Não se abateu, continuou a sua trajetória na instituição e lutou ao lado de muitos colegas, acompanhando ativamente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no Congresso Nacional em Brasília, ajudando a construção do novo perfil constitucional do MP.

Foi presidente da AMPEB por dois mandatos consecutivos, de 1991 a 1995, tendo acompanhado, no Congresso Nacional, muitos projetos de interesse do Ministério Público, ressaltando a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Foi presidente da CONAMP por dois mandatos consecutivos, de 1996 a 2000, período de intensa tramitação de reformas constitucionais, com destaque para a reforma administrativa e do judiciário. Foi procurador-geral de Justiça da Bahia por dois mandatos consecutivos, de 2002 a 2006, e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG).

Leia o que ele fala sobre o CNMP, o MP e suas convicções nesta entrevista concedida por e-mail.

“Na minha vida profissional, em todos os cargos que exercei, sempre tive meu pensamento voltado para o Ministério Público da Bahia”.

“Tenho absoluta convicção de que o legislativo como um poder que se caracteriza pela participação multifacetada de todo o espectro da sociedade brasileira, não pode prescindir da experiência do cidadão que eventualmente exerce o cargo de membro do Ministério Público.”

“Por enquanto, com a fé inabalável em Deus, apenas a certeza de continuar com dedicação ao Ministério Público”.

FOLHA DO MP - O senhor foi o primeiro representante da Bahia eleito membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Qual a sensação de ser o primeiro no estado a fazer parte desse distinto grupo? Qual foi o aprendizado que tirou desses dois anos junto ao CNMP? Que experiência fica dessa passagem pelo conselho?

Achiles Siquara – Foi uma honra muito grande. Na minha vida profissional, em todos os cargos que exercei, sempre tive meu pensamento voltado para o Ministério Público da Bahia. Não poderia ser diferente quando do exercício do mandato de membro do



CNMP, oportunidade em que espero ter contribuído para a garantia das autonomias do Ministério Público, porquanto sempre defendi o controle externo, mas com a necessidade de observância dos seus limites constitucionais.

FM - Por que o senhor optou por não se reeleger ao cargo para novo mandato?

AS - Apesar do apelo dos membros do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais e do estímulo de muitos colegas da Bahia, preferi encerrar mais uma etapa da minha vida profissional. Sinceramente, para mim era importante que ficasse registrado que as defesas, às vezes de forma candente, que fiz das autonomias do Ministério Público não significavam mero gesto de simpatia para uma possível recondução e sim manifestação de uma profunda e refletida convicção.

FM - Como o senhor vê o papel do CNMP? Como este órgão pode colaborar com a atuação do Ministério Público e com a sociedade?

AS - Vejo ambos os conselhos como um importante instrumento importante da sociedade para tornar mais ágeis as soluções das demandas sociais, ainda submetida a um sistema arcaico e ultrapassado de (in) justiça. Sempre lutamos pelo controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público e, hoje, após vivenciar o exercício do cargo de conselheiro do CNMP, tenho absoluta

convicção que ambos os conselhos poderão contribuir, e muito, para o aperfeiçoamento do sistema de justiça.

FM - Há questões controversas a respeito das resoluções que estão sendo propostas pelo CNMP, que, supostamente, tratam de mérito estatutário, como é o caso da resolução que sugere regras para as eleições ao cargo de procurador-geral. Como o senhor avalia isto?

AS - Por ética, pois acabei de deixar o CNMP, não comentarei questões concretas que estão submetidas à eventual análise dos seus membros. Só afirmo aquilo que disse em plenário, inúmeras vezes, que há matérias que já se encontram suficiente e adequadamente disposta em lei de regência, que devem ser respeitadas, e que acho que um equívoco tudo ser objeto de resoluções.

FM - Muitos compararam o CNMP ao CNJ. Qual a sua visão sobre isto?

AS - É preciso lembrar que a criação de ambos os conselhos tinha motivação diferente, simplificando: para um Judiciário ineficiente e pouco transparente vamos criar o CNJ; e o CNMP para conter as ações dos membros do Ministério Público, ditas “exageradas” e “midiáticas”. O importante hoje é constatar que ambos os Conselhos criaram uma nova realidade na estrutura do sistema de Justiça. Não obstante as relevantes críticas de lideranças responsáveis, no que respeita à intervenção desmedida que, vez por outra, violenta as autonomias do Judiciário e do Ministério Público, forçoso reconhecer que o CNMP e o CNJ protagonizam uma nova fase na justiça brasileira.

FM - Durante seu mandato, diversos temas foram colocados em pauta no CNMP, como por exemplo, a proposta de resolução que visa alterar a Resolução CNMP 05/2006 (atividade político-partidária). O senhor concorda que membros do Ministério Público possam exercer outras funções públicas desde que relacionadas à atividade do MP?

AS - Não obstante me esforçar para manter a minha coerência. Neste tema reconheço a minha aparente incoerência. Explico: já defendi a atividade política partidária quando ajudamos a derrubar uma tese de Hugo Mazzili, em 1992, no Congresso Nacional do MP, realizado aqui na Bahia, que propunha a vedação da política partidária pelo membro do MP. Depois, já presidindo a CONAMP,

combati a atividade política partidária, pois naquele momento de reformas constitucionais o Ministério Público estava correndo o risco de sofrer retrocesso. Era preciso demonstrar ao Congresso Nacional que a atuação do membro do MP, com a instauração de inquéritos civis e ações civis, muitas das quais tangenciando políticas públicas, não trazia subacente o interesse de eventual candidatura eleitoral. Já, agora recentemente, no CNMP, voltei a defender a participação do membro do MP em eventuais eleições. A decisão é política. Estamos perdendo importante espaço de discussão. Tenho absoluta convicção de que o legislativo como um poder que se caracteriza pela participação multifacetada de todo o espectro da sociedade brasileira, não pode prescindir da experiência do cidadão que eventualmente exerce o cargo de membro do Ministério Público.

FM - Que atos do CNMP marcaram sua passagem pelo órgão que o senhor considera extremamente relevantes para a sociedade?

AS - Temos que fazer uma análise de todo o conjunto. Tive a honra de participar de uma composição, heterogênea é bem verdade, mas que reuni pessoas imbuídas dos melhores propósitos. Foi uma composição que deu continuidade a importantes projetos e iniciou outros tantos que reputo relevantes, entre eles ressalto o Planejamento e a Gestão Estratégica do CNMP e do Ministério Público brasileiro, ainda em andamento, sob a coordenação de uma Comissão que tive a oportunidade de presidir.

FM - Quais os maiores desafios para CNMP nos próximos anos?

AS - Como o CNMP é integrado por membros com vínculos em diversos órgãos há de se esperar sempre alguma mudança, novos comportamentos e novas idéias sempre caracterizarão a nova composição. O que se espera é que o CNMP atinja a sua maturidade e faça valer a sua missão de fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público, garantindo as suas autonomias e contribuindo para a construção da sua unidade e do seu desenvolvimento.

FM - Como o senhor vê o papel da corregedoria geral? E como este órgão pode colaborar com o CNMP?

AS - É fundamental uma fiscalização da Corregedoria Nacional sobre a atuação das demais Corregedorias. A interpretação sistêmica das competências

do CNMP e do CNJ impõe atuação subsidiária, suplementar, mas nem por isso desimportante. E não poderia ser diferente, em face da existência dos instrumentos da revisional e da avocatória do procedimento administrativo disciplinar, mesmo competindo ao conselho eventualmente instaurar o processo, claro está o seu caráter supletivo. O tema está posto à apreciação do Supremo Tribunal Federal e se for assim entendido, em nada significará redução dos poderes de ambos os conselhos: CNMP e CNJ, como querem crer alguns.

FM - O senhor é tido como um líder do MP brasileiro; já foi eleito para cargos de representatividade na instituição, inclusive os classistas, a exemplo da presidência da Ampeb e da Conamp. Com a experiência que tem, como vê o MP no futuro?

AS - Penso devemos discutir mais o Ministério Público, principalmente suas questões institucionais. Há uma

quantidade enorme de questões que precisam ser debatidas e refletidas no MP e que, por exemplo, estão sendo submetidas ao CNMP, sem sequer terem sido analisadas pelas instâncias institucionais. É de fácil constatação que nossas eleições têm contribuído para afastar do seio da instituição o debate responsável e consequente. As mais das vezes, o debate é frágil, improdutivo. Basta verificar que, nos últimos tempos, não obstante a inserção do CNMP no concerto da nossa instituição, a pouca produção intelectual dos membros do Ministério Público no que respeita aos novos desafios, às renovadas questões institucionais que estão postas. O que isso significa? É inegável que temos vivido um período de crise, ainda que contida, o que está a exigir um esforço de todos para a superação. Como sou classista, creio que a CONAMP pode dar uma grande contribuição fazendo uma mudança radical e focar os próximos congressos em oportunidade de debate exclusivamente institucional.

FM - Quais os planos do senhor ao concluir mais esta missão?

AS - Por enquanto, com a fé inabalável em Deus, apenas a certeza de continuar com dedicação ao Ministério Público.

Norma Cavalcanti toma posse como nova presidente da Ampeb

Diretoria eleita assume gestão para o biênio 2011/2013 em solenidade

A promotora de Justiça Norma Cavalcanti tomou posse no cargo de presidente da Ampeb para a gestão referente ao biênio 2011/2013, juntamente com a diretoria executiva da

Lima e Silva e Marcelo Ferra, respectivamente, o presidente da Conamp, César Mattar Jr, o corregedor-geral do MP/BA, Adivaldo Cidade; a defensora pública-geral, Célia Padilha;



entidade e os seus conselhos consultivo e fiscal. A cerimônia solene aconteceu no dia 8 de julho, no auditório Afonso Garcia Tinoco, localizado na sede do Ministério Público, no Centro Administrativo da Bahia.

Reafirmando a postura altiva e independente que divulgou em campanha, Norma Cavalcanti destacou, em seu discurso, que a missão principal da associação é defender o regime democrático, que a gestão que assume no biênio 2011-2013 e como presidente da entidade pela terceira vez, zelará por isto, assegurando os direitos e ampliando a defesa dos associados.

A solenidade contou com a presença de autoridades, promotores, procuradores de Justiça do país, inclusive dos presidentes de associações dos MPs dos Estados que integram a diretoria da Conamp. Compuseram a mesa solene os procuradores-gerais de Justiça da Bahia e do Mato Grosso, Wellington César

o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Achiles Squara; o procurador-geral do Estado, Rui Moraes Cruz, representando o governador Jaques Wagner; e o promotor de Justiça Jânio Braga, que encerrou oficialmente o mandato na presidência da Ampeb, sendo o primeiro a se



pronunciar, logo após a leitura do termo de posse, feita pela diretora-secretária da nova gestão, Aracy Dias.

Jânio Braga, em seu discurso, despediu-se do posto em breves e bem humoradas palavras, fazendo um descriptivo do que significa assumir a presidência de uma entidade de classe: "uma honra e um desafio". "Precisamos dar conteúdo jurídico à integridade cívica da população. É a ela que se destina nossa atuação", disse o ex-presidente da Ampeb destacando, também as habilidades

políticas e de 'conciliador de interesses' que deve ter um representante classista. "A Ampeb é uma obra coletiva", resumiu.

Em seguida, o procurador-geral de Justiça, Wellington Lima e Silva, fez seu pronunciamento falando da convicção de se ter uma entidade de classe fortalecida: "É impossível que o MP avance sem estes bravos combatentes", disse ao destacar, também, a importância da distinção de tarefas entre associação e instituição. O presidente da Conamp, César Mattar Jr, fez referência à liderança classista de Norma Cavalcanti e seu exemplo de força, bravura, de luta, prestando-lhe uma homenagem.

Os discursos encerraram com a palavra da presidente, Norma Cavalcanti, que, além de reafirmar posição de líder classista e sua postura altiva, de independência, trabalho e motivação, citou alguns pleitos da classe como a melhoria da qualidade de vida e da estrutura de trabalho para promotores e procuradores, o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência, quitação de verbas devidas aos aposentados, o projeto de substituição, a

revisão anual dos subsídios.

O coral MP em canto, sob o comando da maestrina Natalina Gonçalves, encerrou a solenidade, entoando "Maria, Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant.

PROPOSTAS - Entre as propostas de atuação da nova diretoria, feitas em campanha, estão o fortalecimento da defesa dos associados, sobretudo frente aos órgãos superiores do Ministério Público; criação de uma webradio para divulgação de notícias do



Despedida do ex-presidente

Confira a composição da chapa vencedora:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Norma Angélica Reis Cavalcanti
Vice-Presidente: Alexandre Soares Cruz
Diretora Secretária: Silvana Brito Suarez
Diretor Administrativo: Fernando Lins Soares
Diretor Financeiro: Wanda Valbiraci

Figueiredo

Diretor Cultural: Tiago de Almeida Quadros
Diretor Social: Patrícia Peixoto Mattos

CONSELHO CONSULTIVO

Gilberto Costa de Amorim Júnior
Lygia Jabur Abud
Márcia Rabelo Sandes
Suplente: Cláudio Jenner de Moura Bezerra

CONSELHO FISCAL

Caio Graco Neves de Sá
Luciano Valadares Garcia
Leandro Marques Meira
Suplentes
Gilberto Ribeiro de Campos
Manoel da Costa Filho
Oldemar de Azevedo Campelo



Jânio Braga é homenageado por funcionários da Ampeb

Flashes da posse





Flashes da posse



RETROSPECTIVA

Eleições na Ampeb

Com a chapa “Trabalho, Motivação e Altivez”, Norma Cavalcanti conquistou a preferência de 55,43% dos associados, o que correspondeu a 296 votos, na eleição ocorrida no dia 6 de maio. Eleita pela terceira vez para a gestão junto a Ampeb (já assumiu as gestões nos anos de 2005 a 2009), Norma Cavalcanti foi a mais votada entre

procuradores e promotores de Justiça nas últimas eleições para a chefia do Ministério Público da Bahia, função hoje ocupada pelo promotor Wellington César Lima e Silva. Natural de Inhambupe, na Bahia, é titular da 1ª vara de Tóxicos e Entorpecentes, além de assumir a tesouraria da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp).



Debate entre candidatos marcou processo eleitoral

Zelando por um processo eleitoral marcado pela transparência e pela democracia, foi realizado, no auditório do Ministério Público, em Nazaré, um debate entre os candidatos que concorreram às eleições para a diretoria da Ampeb no biênio 2011/2013.

Estiveram presentes, na ocasião, os promotores de Justiça Norma Angélica Cavalcanti, da chapa "Trabalho, Motivação e Altivez"; Olímpio Campinho, da chapa "Ampeb Independente e Democrática", além dos demais integrantes das duas chapas.

As regras foram definidas entre representantes da diretoria da Ampeb e das duas equipes que disputaram o pleito, tendo sido coordenado

pela comissão eleitoral formada pelos promotores Carlos Artur Pires e José Jorge Freitas e a procuradora Sônia Brito. O debate foi dividido em três blocos, cujos destaques ficaram para o primeiro e terceiro blocos, quando os candidatos apresentaram suas propostas frente à diretoria, e o público teve a oportunidade de participar do debate, através de perguntas direcionadas aos mesmos.

A importância do debate foi reafirmada pelo presidente da Ampeb, Janio Braga. "É importante que todos participem deste momento. É o exercício da democracia que deve imperar na escolha dos que representarão a classe nos próximos dois anos", destacou.

RETROSPECTIVA



Direto do CNMP

Planejamento Estratégico

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN 2011/2015). O lançamento ocorreu no dia 9 de novembro, durante o 2º Congresso de Gestão do Ministério Público, no Hotel Royal Tulip Alvorada, em Brasília. O objetivo do planejamento é integrar e aperfeiçoar o MP brasileiro através do debate de temas de interesse da instituição nas áreas de gestão, comunicação e tecnologia da informação, além de compartilhar informações e disseminar boas práticas para o aprimoramento da atuação do MP. Os quatro temas prioritários tratam de improbidade administrativa e corrupção, da infância e juventude, do combate à criminalidade e do meio ambiente.

Acessibilidade

Uma proposta de resolução que cria o Núcleo Permanente de Acessibilidade (NPA) e regulamenta a adequação de edifícios e serviços do MP às normas de acessibilidade foi apresentada ao plenário do CNMP no último dia 20 de setembro. Se aprovada, cada unidade do Ministério Público terá o prazo de um ano para oferecer atendimento prioritário e tratamento diferenciado às pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção, assim como aos idosos, gestantes e lactantes. De acordo com o projeto, todas as sedes deverão garantir pelo menos um dos acessos ao interior do edifício livre de barreiras ou obstáculos, além de banheiros e elevadores adaptados. Os sites do Ministério Público da União e dos Estados também deverão permitir o uso de pessoas com deficiência visual. O autor do projeto é o conselheiro Luiz Moreira. No próximo concurso público da instituição, haverá uma reserva de 10% das vagas para pessoas que se declararem deficientes físicas.

Vaga do Senado

O consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira será o novo membro do CNMP. O plenário do Senado aprovou a indicação para ocupar a vaga destinada ao próprio Senado, em substituição ao conselheiro Bruno Dantas, cujo mandato terminou em agosto, no

dia 9 de novembro. Até o fechamento desta edição, o nome do novo conselheiro estava para ser enviado à presidente da República, para nomeação. O mandato é de dois anos (biênio 2011-2013).

- Achilles Brito Cardoso - procurador de Justiça aposentado e associado.
- Adilson Mehmeri - procurador de Justiça aposentado e associado.
- Alice Maria de Meirelles Freitas - genitora do Promotor e associado José Jorge Meirelles Freitas.
- Antônio Magalhães Silva - irmão da procuradora de Justiça e associada Eny Magalhães Silva.
- Benedito Cidade - genitor do procurador de Justiça e associado Adivaldo Guimarães Cidade.
- Cândida de Oliveira Maia - genitora do promotor de Justiça e associado Raimundo Oliveira Martins.
- Fernando Steiger Tourinho de Sá - procurador de Justiça aposentado e associado.
- José Carlos Guimarães Sardinha - genitor da promotora de Justiça e associada Dra Ana Letícia Moraes Sardinha.
- Manoel Antônio J. da Silva Melo - genitor da promotora de Justiça e associada Marisa Marinho J. M. de Oliveira.
- Mariana Felício dos Santos - procuradora de Justiça aposentada e associada.
- Nívea Pinheiro Leite - genitora da promotora de Justiça e associada Nívea Cristina Pinheiro Leite Sampaio.
- Ricardo Heitor Martins - esposo da promotora de Justiça e associada Mônica Barroso Costa.
- Rui Rocha de Araújo - genitor do promotor de Justiça e associado Marcelo Pinto de Araújo.
- Talma Marques de Souza - procurador de Justiça aposentado e associado.
- Theocrito Guanaes Gomes - genitor dos promotores e associados Carlos Marthéo Crusoé Guanaes Gomes e Cíntia Crusoé Guanaes Gomes.
- Walter Xavier da Motta Schwabacher - promotor de Justiça aposentado e associado.

Salvador sedia XIV reunião do conselho deliberativo da Conamp



Por ocasião da posse da nova diretoria da Ampeb, cerca de 30 representantes das associações do Ministério Pùblico de todo o país estiveram reunidos para discutir temas de interesse da classe durante a XIV Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional do Ministério Pùblico (Conamp), realizada no Hotel Pestana, em Salvador. O encontro aconteceu no dia 8 de julho, mesma data da posse.

Na ocasião, entre os assuntos em pauta estiveram a resolução proposta ao Conselho Nacional do Ministério Pùblico (CNMP) pelo conselheiro Cláudio Barros que determina regras para as eleições ao cargo de procurador-geral de Justiça na instituição, as discussões do projeto dos subsídios dos membros do MP, a atualização sobre o andamento dos projetos de interesse da classe que transitam no Congresso Nacional, entre outros.

A reunião iniciou com a aprovação da ata da XIII Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo realizada no dia 10 de junho de 2011, em São Luís (MA). Em seguida, o presidente da Conamp, César Måttar Jr, colocou o andamento do projeto dos subsídios dos membros do MP e Magistratura, referindo-se também ao mandado de injunção que foi impetrado no STF tendo em vista o "descaso quanto à recomposição das perdas que vem sendo recorrente nos trâmites", conforme colocou durante exposição.

Pronunciamentos feitos sobre a proposta de resolução do CNMP que define regras para as eleições ao cargo de procurador-geral sugeriram a necessidade de uma revisão política para este ato. Segundo o corregedor nacional, Sandro Neis, o mérito é correto, mas a forma é errada, visto que se trata de regras estatutárias, o que não compete ao CNMP. O mesmo ressaltou o presidente da Conamp, César Måttar Jr: "O CNMP está legislando e estas regras

caberiam às leis orgânicas dos ministérios públicos dos estados", disse ao apontar inconstitucionalidade na resolução por vício de origem.

No encontro aconteceu ainda uma homenagem aos conselheiros que encerraram suas gestões em agosto passado, em reconhecimento aos serviços prestados ao Ministério Pùblico junto ao CNMP. Neste quesito, foram contemplados os então conselheiros, à época, Achiles Siquara, Bruno Dantas e Sandro Neis. O deputado Arthur Maia, presente à reunião, também foi prestigiado com uma moção de reconhecimento pelos esforços que vem fazendo em apoio aos pleitos da classe e ao projeto de fortalecimento do MP no Congresso Nacional.

Estiveram presentes ainda na reunião a presidente eleita da Ampeb, Norma Cavalcanti; o membro do conselho fiscal e ex-presidente da Ampeb, Janio Peregrino Braga; o procurador-geral de Justiça do Estado da Bahia, Wellington César Lima e Silva. Os diretores eleitos da Ampeb Tiago Quadros e Alexandre Cruz também acompanharam a programação.

Ampeb participa de cerimônia de posse de novos procuradores

Dois novos membros ingressaram no colégio de procuradores da Bahia nos últimos meses: Maria Adélia Bonelli Borges Teixeira e Aderbal Simões Barreto. Ambos foram prestigiados pela Ampeb, em cerimônias de posse que reuniram o parquet, na sede do MP no Centro Administrativo da Bahia, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva.

A nova procuradora de Justiça Maria Adélia Bonelli Borges Teixeira tomou posse no dia 16 de setembro. Adélia Bonelli é natural de Itabuna e ingressou no Ministério



Público baiano em 1988, atuando como promotora de Justiça nas comarcas de Andaraí, Coração de Maria, Poções, São Félix, Feira de Santana e Salvador.

O outro recém empossado no cargo, o procurador Aderbal Simões Barreto, tomou posse no último dia 29 de agosto. Aderbal Barreto é natural de Taperoá-BA e ingressou no MP-BA em 1977, completando 34 anos de carreira como promotor público. Atuou nas comarcas de Cotelipe, Prado, Santa Inês, Rio Real, Ituberá, Valença e Ipiá, até ser promovido por antiguidade, em 1994, para Salvador, onde atuou na 2ª

Promotoria de Justiça de Acidentes de Trânsito e na Promotoria de Justiça Criminal.

A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, esteve presente na posse da procuradora; na do procurador, quem a representou foi o diretor administrativo, Fernando Lins Soares. Em ambos os eventos a associação parabenizou os colegas pela ascensão e deixou votos de sucesso para a nova jornada.

Associados concluem especialização do Procedh

A capacitação visa aprimorar e intensificar a interlocução entre a sociedade e o sistema de defesa



Procuradores e promotores de Justiça, delegados, agentes da Polícia Civil e oficiais da Polícia Militar receberam, na tarde do último dia 21 de setembro, o certificado de conclusão do 'Programa de Capacitação em Direitos Humanos' (Procedh). A presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, prestigiou a cerimônia de entrega. A capacitação tem por objetivo preparar os profissionais para o combate à violência no estado da Bahia. Ao todo, foram entregues 80 certificados, mas o programa já capacitou cerca de 1.400 profissionais no período de quatro anos.

Durante o programa, mestres, doutores e pós-doutores, nacionais e internacionais, como Flávia Piovesan e Dalmo Dallari com experiência prática e acadêmica, ministraram aulas e palestras. Além da parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Universidade Estadual do Estadual da Bahia (Ueb), o Procedh contou com a parceria da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), órgão do Ministério das Relações Exteriores e de Cooperação do Governo da Espanha.



Casa do promotor revitalizada

Os associados que residem no interior e estão de passagem pela capital já podem desfrutar de uma infraestrutura revitalizada na Casa do Promotor, mais conhecida como pousada, situada no Jardim Baiano. A Ampeb concluiu a reforma geral no espaço, que incluiu pintura, remodelagem com aquisição de novos equipamentos, roupas de cama,

mesa e banho, e modernização.

Até o fechamento desta edição, estava para ser iniciada reforma geral no Sítio São Paulo, incluindo compra de novo mobiliário. A melhoria e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela Ampeb a seus associados fizeram parte das metas de campanha da atual gestão.



RETROSPECTIVA

Reforço para atendimento dos serviços na sede

Associados e dependentes estão desfrutando da nova estrutura de atendimento oferecida pela Ampeb. A remodelagem, revitalização e ampliação dos espaços foram responsáveis pela ampliação do número de atendimentos. Isto sem contar a melhor acomodação e conforto para os que utilizam dos serviços.

Os consultórios de Psicologia e Fisioterapia ganharam novas instalações, com a reforma e os reparos necessários para abrigar a estrutura que necessitam para atender aos procuradores e promotores que buscam estes serviços. Na parte de Odontologia, houve a implantação de mais um consultório e reforma nos espaços de apoio para a atividade. O local ganhou ainda uma sala de recepção toda equipada e climatizada, com maior acomodação, layout moderno,

requitado e aconchegante.

A área do happy hour, incluindo o varandão com vista para o Dique do Tororó, também foi toda remodelada com a revitalização.

Além disso, a Casa do Promotor, mais conhecida como a pousada entre os associados, recebeu uma nova pintura na área externa e interna. O local também disponibiliza acesso à internet através de rede wireless para todos os hóspedes. Este serviço também foi disponibilizado em todos os prédios da Ampeb, inclusive em sua sede, no Jardim Baiano, que também passou por reparos. As obras foram realizadas pela gestão anterior, que também renovou a estrutura do Sítio São Paulo, com novo parque infantil, mobiliário para o berçário, reparos e reforma na piscina, vestiário e quadras poliesportivas.



Novo site no ar

O novo site da Ampeb já está no ar. O veículo de comunicação oferece mais recursos e um visual mais clean, buscando facilitar a navegação dos associados. Entre as novidades está a parte de notícias, que ganhou mais destaque e amplitude, prometendo ser o grande diferencial ao permitir a atualização rotineira de seu conteúdo, inserções de vídeo e áudio.

O novo aparato permitiu que a agenda da diretoria passasse a ser atualizada rotineiramente e que um news, com layout alinhado ao do site, fosse integrado ao mesmo. A área restrita assegura conteúdo direcionado apenas aos associados através de login e senha, tais como atos, comunicados, ofícios expedidos e balancetes.

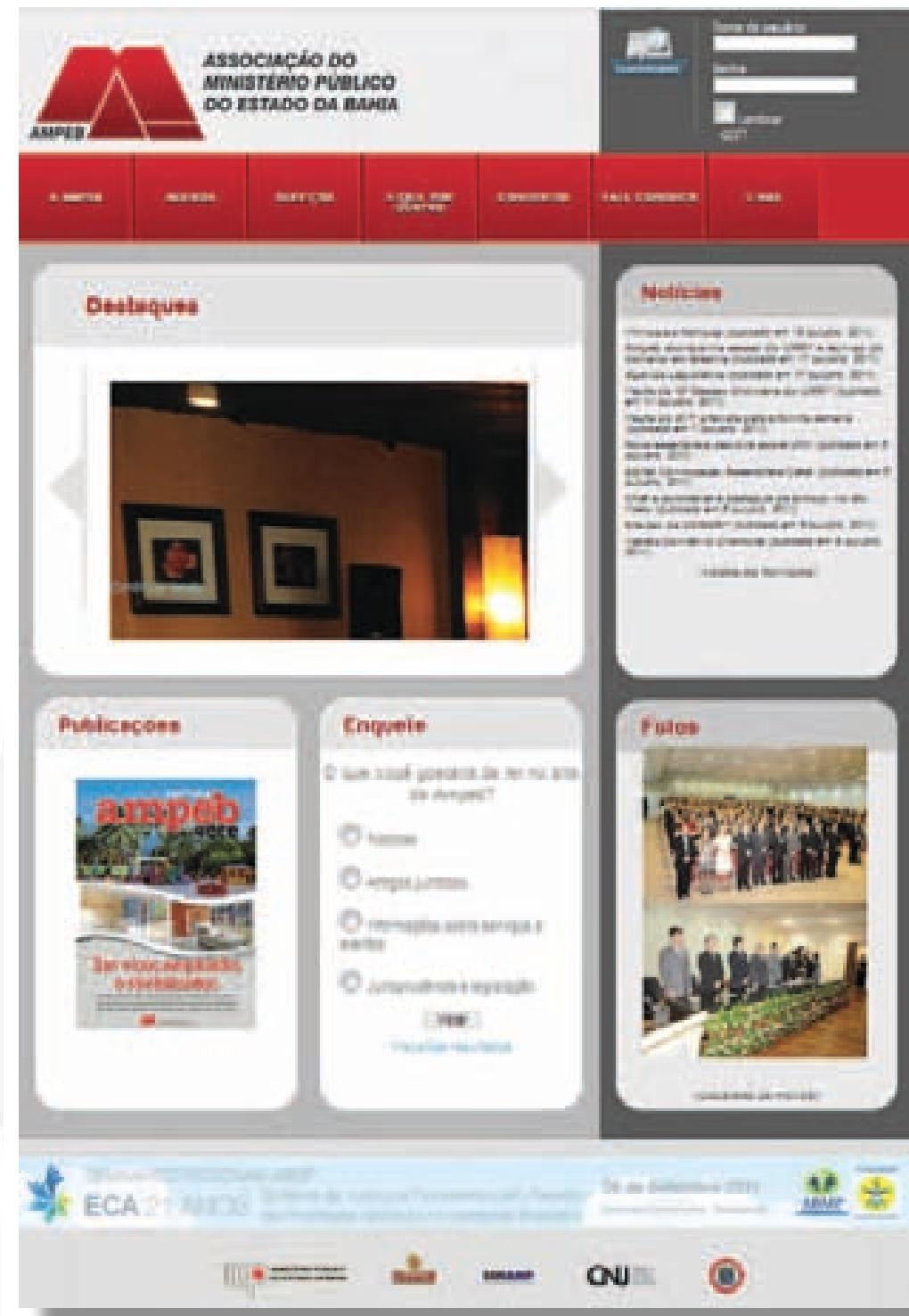
A confecção do site começou na gestão anterior, mas devido a problemas técnicos sofridos pela empresa contratada para a confecção, entrou no ar nesta nova gestão. A nova diretoria da Ampeb já iniciou um novo projeto de portal, trazendo ferramentas ainda mais inovadoras e atualizadas, como a webradio, estipulada como meta de campanha.

Festa de fim de ano agende-se

Já está confirmada a festa de confraternização realizada pela Ampeb no fim do ano. Será no dia 17 de dezembro, 20h, no Sítio São Paulo (Estrada CIA-Aeroporto). A banda Negra Cor já é atração confirmada.

Consultório Móvel

O consultório odontológico móvel da Ampeb esteve durante o mês de setembro em Euclides da Cunha, Serrinha e Paulo Afonso. No mês de outubro o destino foi os municípios de Senhor do Bonfim e Juazeiro. Já em novembro, se encontrará nas cidades de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro. Dezembro, por sua vez, a previsão é que o consultório itinerante esteja em Salvador, na sede.



Concurso Jurídico 2011

O prazo para entrega dos trabalhos que concorrerão ao Concurso Jurídico 2011 findou no dia 31 de outubro de 2011. Este ano os prêmios instituídos são "Fernando Steiger Tourinho de Sá" para melhor trabalho jurídico e "Mariana Felício dos Santos" para o "melhor arrazoado forense".

Vinhos, saúde e gastronomia no almoço para aposentados e sócio-contribuintes

A confraternização organizada pela Ampeb marcou a passagem do Dia da Pessoa Idosa



O total de 94 aposentados e sócios-contribuintes da Ampeb marcaram presença no almoço de confraternização que teve o chef e sommelier do Club dos Chefs Vevé Bragança, renomado consultor e educador em gastronomia e vinhos, como convidado especial. O encontro aconteceu no Restaurante Boi Preto, no dia 27 de setembro, e marcou as morações pelo Dia da Pessoa Idosa.

Na ocasião, além de degustar um cardápio requintado, os presentes puderam prestigiar a palestra com o tema "O vinho é a parte intelectual da refeição. As carnes e os legumes não são mais do que a parte material", ministrada por Bragança, que é professor de Gastronomia, Eno-Gastronomia, implantou e coordenou o primeiro curso de Gastronomia reconhecido pelo MEC na Bahia.

BOAS VINDAS E PALESTRA
 - As boas vindas foram dadas pela presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, que falou aos associados sobre as ações da Ampeb e os pleitos recentes da classe. A advogada Marta Menezes, da assessoria jurídica, ainda esclareceu sobre as questões que estão sendo ajuizadas em defesa dos aposentados, tais como a cobrança do imposto de renda

sobre a URV e o ATS.

Em seguida, Bragança iniciou sua palestra, que abordou a história do vinho na mitologia grega através de pinturas e obras de arte em geral. O sommelier ainda enfocou os benefícios do vinho para a saúde. Segundo ele, a bebida – a depender do tipo – pode ser utilizada de maneira saudável, como um aditivo da alimentação e ajudar na diluição das gorduras, devendo ser sempre consumida com moderação.

Bragança elogiou a interação do público durante o evento. "É sempre um novo público. O contato com as pessoas de um nível cultural maior proporcionou uma interação, um diálogo, foi uma troca muito bacana". Ainda foram sorteados brindes como kits do Boticário e vinhos.

SATISFAÇÃO

- Coordenado pela assistente social Edenilza Peltier, o almoço teve o objetivo de promover a confraternização e zelar pela qualidade de vida dos associados, meta que vem sendo seguida pela entidade nos encontros que promove para esta parcela da classe. Uma pesquisa de satisfação aplicada na própria data indicou a excelente avaliação do evento. Dentre os itens observados estiveram o tema da palestra, recursos audiovisuais, espaço, almoço, sobremesa, acolhimento da Ampeb, entre outros. Todas as categorias foram classificadas como excelentes pelos participantes.



Flashes | Almoço dos aposentados e sócio-contribuintes



Flashes | Almoço dos aposentados e sócio-contribuintes



Ampeb promove campanha de vacinação

RETROSPECTIVA

Buscando zelar pela qualidade de vida e a promoção da saúde dos associados, a Ampeb realizou, no dia 4 de maio, mais uma campanha de vacinação. Durante todo o dia, a equipe do 2º Centro de Saúde Ramiro de Azevedo esteve na sede da associação, no Jardim Baiano, aplicando as vacinas Influenza nos maiores de sessenta anos (em dose única, conforme indicações do Ministério da Saúde), e Influenza H1N1. Durante a ação, 186 pessoas foram imunizadas.

A vacinação, realizada pelo Serviço Social da Ampeb sob a coordenação da assistente social Edemila Peltier, acontece todos os anos e tem o objetivo de contribuir para uma maior qualidade de vida dos seus associados através da prevenção de doenças, como a gripe.



RETROSPECTIVA

RETROSPECTIVA

Ampeb recepciona promotores recém-empossados

Os 49 promotores recém-empossados no Ministério Público da Bahia receberam um jantar de boas vindas promovido pela Ampeb no restaurante Barbacoa, na Avenida Tancredo Neves, Caminho das Árvores, no dia 8 de junho.

O evento foi coordenado pela diretora social Patrícia Mattos e contou com a presença da presidente eleita da Ampeb, Norma Cavalcanti, e do procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva.

Os novos promotores tomaram posse de seus cargos no dia 9 de maio, em solenidade realizada na nova sede do MP, no Centro Administrativo da Bahia e foram recepcionados pelo presidente da associação, Jânio Braga, em cerimônia de apresentação das estruturas da Ampeb no dia 25 de maio, no auditório da instituição, no Jardim Baiano.

Na ocasião, todos puderam tomar conhecimento dos serviços a que tem direto e dos projetos e pleitos que estão sendo acompanhados pela entidade em defesa da classe.



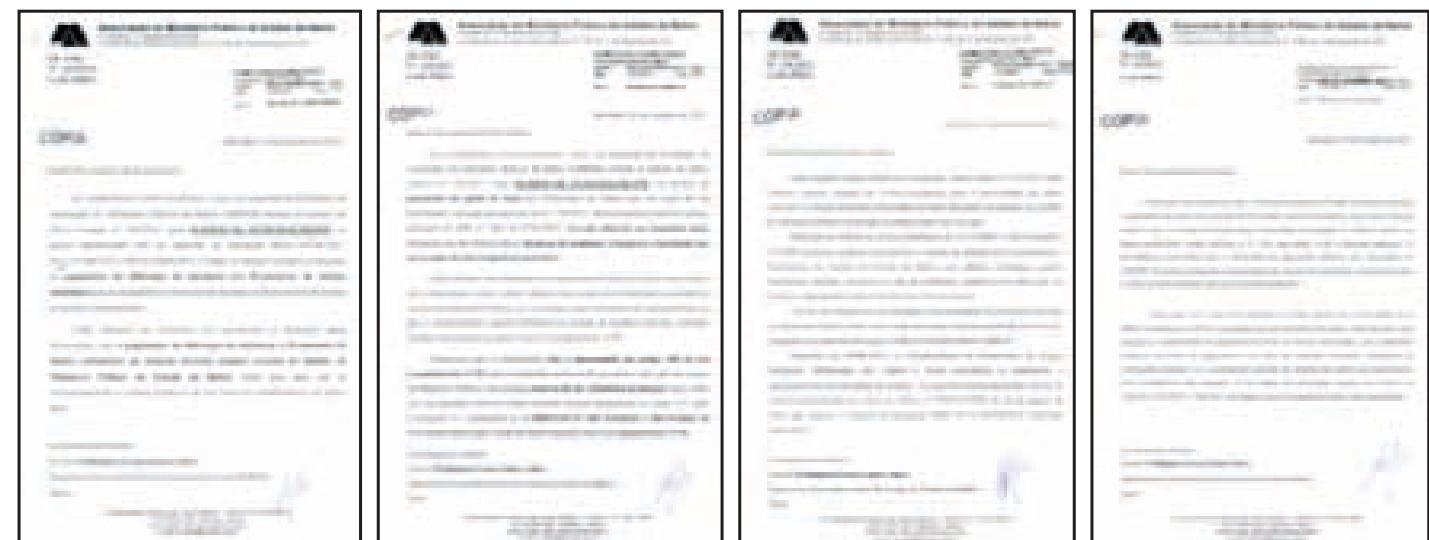
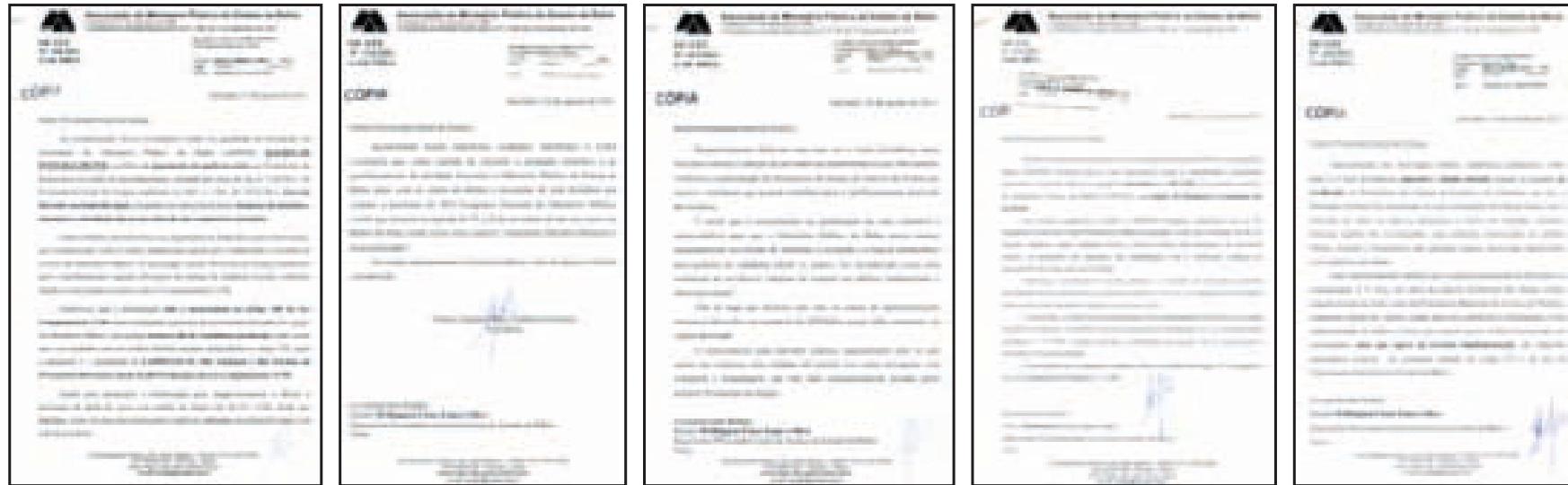
Jantar comemorativo



Flashes

100 dias de ação

Acompanhe nesta página imagem de ofícios emitidos que revelam o trabalho realizado pela gestão neste período



BALANCO SETEMBRO 2011 AMPEB

MOVIMENTO SET 2011

ANEXO. AGRUSTRADO MUNICIPAL DA UNIÃO DO ESTADO DA BAHIA

MOVIMENTO MUSICAL DA MUSICA ELETRÔNICA

SUPERANTE (DEFICIT) DO EXERCICIO	(16.297,88)
RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	267.877,26
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	267.877,26
RECEITA COM CONTRIBUICÕES	248.454,61
SÓCIOS CONTRIBUINTES	18.062,87
MENSAL VALOR (COMISSÃO/ASSOC/CONSIGNATÁR)	230.393,74
RECEITA CI/ADMINISTRAÇÃO	8.887,44
ADM. BRASAMERICA	8.887,44
OUTRAS RECEITAS	6.472,09
OUTRAS RECEITAS	1.472,09
PATROCINIOS	9.000,00
RECEITA FINANCEIRA	3.341,12
JUROS	3.341,12
DESPESAS OPERACIONAIS	(262.453,88)
DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS	(262.453,88)
DESPESAS TRABALHISTAS-ADM	(198.319,43)
HORAS NORMAIS	(54.096,27)
INSS/UBRIS/DOE	(3.520,97)
HORAS EXTRAS	(1.117,84)
FÉRIAS	(4.871,88)
13º SALÁRIO	(382,42)
BOLSA ESTÁDIO	(1.072,00)
GRATIFICAÇÃO	(3.570,63)
TICKET REFEIÇÃO	(18.074,00)
VALOR TRANSPORTE	(3.800,38)
ASSISTÊNCIA MÉDICA	(14.036,01)
ENCARGOS SOCIAIS- ADM	(25.894,41)
INSS	(16.652,76)
PIS	(8.821,02)
PIS E FOLHA	(820,89)
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	(194.421,48)
AQUA	(2.018,78)
LIXO	(1.316,88)
TELEFONE	(6.157,89)
IMPRESSO/ENCADERNACAO: ESCRITORIO	(2.563,00)
CORREIOS E MAIOTES	(4.871,58)
SEGURAS	(3.360,43)
VIAJENS	(9.240,77)
CONTRIBUICAO CONAMP	(9.898,88)
COPIAS/REPRODUÇOES/AUTENTICAÇÃO	(230,19)
HOSPEDAGEM	(241,00)
COMBUSTIVEL	(230,00)
DESP. VEICULO	(30,00)
SERVICO TERCEIROS - PT	(118,00)
SERVICO TERCEIROS - PJ	(3.836,92)
ALIMENTAÇÃO	(1.068,00)
BRINDES/HOMENAGENS	(1.382,00)
CONDUCAO/ESTACIONAMENTO	(84,00)
PROPAGANDA E PUBLICIDADES	(2.400,00)
LIMPEZA/OCUPACOES/MA	(2.542,00)
EVENTOS E COMEMORAÇOES	(3.470,11)

SERV. E MAT. ODONTOLOGICO	(6.865,54)
INTERNET	(597,70)
ANORTIZACAO	(56,71)
DEPRECIAÇÃO	(17.162,16)
IMPOSTOS E TAXAS	(5.480,89)
MAT. FISIOTERAPIA	(299,99)
JUSPREV - PREVIDENCIA ASSOCIATIVA	(879,00)
DESPESAS DIVERSAS	(2.310,88)
HONORARIOS CONTABEIS	(1.877,77)
ASSISTENCIA DE IMPRENSA	(2.660,00)
HONORARIOS ADVOCATICIOS	(12.372,40)
DESPESAS DIVERSAS SITIO SP	(87.647,20)
AQUA	(4.275,54)
ASSINATURA EASY	(234,80)
ENERGIA	(59,32)
FERIAS	(1.780,41)
FOTS	(589,84)
HORAS NORMAIS	(8.143,35)
INSS	(1.747,40)
MANUTENCAO DA PISCINA	(830,00)
MANUTENCAO DE EQUIP E INSTALACAO	(872,00)
MATERIAL DE LIMPEZA / COPO	(891,40)
SERVICOS DE TERCEIROS	(11.280,62)
TELEFONE	(212,21)
RECEITA SITIO SAO PAULO	820,00
RECEITA SITIO SAO PAULO	920,00
DESPESAS FINANCEIRAS	(398,38)
DESPESAS FINANCEIRAS	(338,30)
DESPESAS FINANCEIRAS	(338,30)
BANCARIAS	(338,30)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(31.883,28)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(31.883,28)
EXPLORACAO SERVICO DE BAR-SITIO	1.937,12
VENDAS DE BEBIDAS ALIMENTACAO	13.880,15
CUSTO DE BEBIDAS ALIMENTACAO COMERCIALIZADAS	(10.643,03)
CUSTO DA MAO DE OBRA	(1.860,00)
RESULTADO DA CASA DO PROMOTOR	(18.642,58)
RECEITA CHARIA FOUSADA	1.295,20
ADICIONAL NOTURNO	(347,80)
AQUA	(153,10)
DESPESAS DIVERSAS	(425,00)
ENERGIA	(582,40)
FOTS	(391,00)
GENEROIS ALIMENTICIOS	(481,07)
HORAS NORMAIS	(4.048,34)
INSS	(1.041,82)
LAVANDERIA	(224,50)
MATERIAL DE LIMPEZA / COPO	(782,20)
SEGUROS	(1.887,76)
TELEFONE	(645,31)
MANUTENCAO DE EQUIP. E INET	(685,17)
SERVICOS DE TERCEIROS	(1.285,48)
CAMARIM/SAIBRHO	(8.474,50)
CONSULTORIO ODONTOLOGICO MOVEL	(6.777,78)
MATERIAL ODONTOLOGICO	(288,28)
SERVICO ODONTOLOGICO	(708,75)
ALIMENTACAO	(1.289,72)
VIAGEM / HOSPEDAGEM	(2.357,17)
DESP. CI VEHICULO	(2.088,88)
SEGUROS	(264,31)

